



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

**COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO –
DECÊNIO 2024-2034**

PROJETO DE LEI Nº 2614/2024

Emenda aditiva ao Plano Nacional de Educação, para acrescentar duas Estratégias sequenciais à Estratégia 8.17. do Anexo.

EMENDA ADITIVA Nº

Acrescenta-se duas Estratégias sequenciais à Estratégia 8.17. do Anexo, com a seguinte redação:

“Estratégia 8.18. Estimular a criação e/ou o fortalecimento das coordenações do campo, indígena e quilombola nas secretarias estaduais e municipais de educação para gestão da política educacional e implementar as diretrizes respectivas, com a participação efetiva das organizações sociais das populações do campo, das águas e das florestas.

Estratégia 8.19. Tornar obrigatória a participação de representações indígenas, quilombolas e do campo nos Conselhos de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e Conselhos de Alimentação Escolar.”





JUSTIFICATIVA

Eis a justificativa para cada uma das estratégias sugeridas:

8.18. A inclusão desta Estratégia é fundamental para institucionalizar e fortalecer as políticas educacionais diferenciadas, garantindo estruturas permanentes de gestão nas secretarias de educação. Ao estabelecer coordenações específicas para educação do campo, indígena e quilombola, a estratégia reconhece a necessidade de órgãos especializados que compreendam as particularidades dessas modalidades. A exigência de participação efetiva das organizações sociais assegura que as políticas sejam construídas em diálogo com os verdadeiros interessados, evitando decisões verticalizadas e descoladas das realidades comunitárias. Essa abordagem fortalece a gestão democrática e a efetividade na implementação das diretrizes educacionais específicas, garantindo que as ações governamentais respeitem os modos de vida, saberes e necessidades dessas populações em seus territórios. A estratégia assim materializa o princípio constitucional da gestão democrática, transformando a educação em instrumento de justiça social e equidade.

8.19. A inclusão desta Estratégia representa um avanço decisivo na garantia de participação efetiva das comunidades tradicionais nas instâncias deliberativas da educação. Ao tornar obrigatória a presença de representantes indígenas, quilombolas e do campo nos conselhos educacionais, a proposta corrige uma histórica exclusão desses grupos dos espaços de decisão sobre políticas que diretamente os afetam. Essa medida assegura que o FUNDEB, a alimentação escolar e as diretrizes pedagógicas sejam formulados com base nas realidades e necessidades específicas dessas populações, promovendo equidade na alocação de recursos e nas prioridades educacionais. A estratégia materializa os princípios constitucionais da gestão democrática e do pluralismo, transformando os conselhos em espaços verdadeiramente representativos da diversidade brasileira, onde as

Apresentação: 20/05/2025 20:12:45.167 - PL261424
EMC 2762/2025 PL261424 => PL 2614/2024
EMC n.2762/2025





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

vozes das comunidades tradicionais possam influenciar diretamente as políticas que determinam o futuro de suas escolas e estudantes.

Ante o exposto, peço o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Comissões, de maio de 2025.

PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE
Deputada Federal - PSOL/SP

Apresentação: 20/05/2025 20:12:45.167 - PL261424
EMC 2762/2025 PL261424 => PL 2614/2024
EMC n.2762/2025



* C D 2 5 6 1 5 2 6 3 0 9 0 0 *